

## AEGEA DESENVOLVIMENTO S.A.

CNPJ nº 32.064.970/0001-47

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024** *(Em milhares de reais)*

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A **Aegea Desenvolvimento S.A.** apresenta aos seus acionistas e ao mercado em geral o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, bem como atividades de consultoria e assessoria empresarial, gerenciamento, intermediação comercial e de negócios, comercialização de produtos e atividades relacionadas a saneamento básico.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 <i>(Em milhares de Reais)</i>					
Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024	
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	
Caixa e equivalentes de caixa	5	4	25	5	Fornecedores
Aplicações financeiras	6	7.301	12.959	–	Obrigações trabalhistas e sociais
Debêntures privadas partes relacionadas	7	148.702	139.969	721	Obrigações fiscais
Tributos a recuperar		753	2.516	2.374	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar
Dividendos a receber	7	36	–	–	Imposto de renda e contribuição social
Outros créditos		309	305	305	<b>Total do passivo circulante</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>157.105</b>	<b>155.774</b>	<b>3.405</b>	Contas correntes a pagar para partes relacionadas
Contas correntes a receber de partes relacionadas	7	433	14.164	111	Provisão de Benefício Pós-Emprego
Debêntures privadas partes relacionadas		–	–	160.922	Provisões para demandas judiciais
Ativo fiscal diferido	13 b.	202	220	196	<b>Total do passivo não circulante</b>
Depósitos judiciais		495	475	433	<b>Total do passivo</b>
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>1.130</b>	<b>14.859</b>	<b>161.662</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
Investimentos	8	56.996	29.012	30.057	Capital social
Intangível		20	20	20	Ajuste avaliação patrimonial
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>58.146</b>	<b>43.891</b>	<b>191.739</b>	Reserva legal
<b>Total do ativo</b>		<b>215.251</b>	<b>199.665</b>	<b>195.144</b>	Reservas de lucros
					<b>Total do patrimônio líquido</b>
					<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Retenção de lucros			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>		<b>178.000</b>	<b>1.180</b>	<b>6.894</b>	<b>–</b>	<b>186.074</b>
<b>Ajustes de reapresentação</b>		<b>–</b>	<b>(63)</b>	<b>(1.256)</b>	<b>(60)</b>	<b>(1.379)</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024 - reapresentado</b>		<b>178.000</b>	<b>1.117</b>	<b>5.638</b>	<b>(60)</b>	<b>184.695</b>
Benefício Pós-emprego (líquido de impostos)		–	–	–	82	82
Lucro líquido do exercício		–	–	–	11.039	11.039
Diluição de participação societária em controladas		–	–	(74)	–	(74)
Destinação:						
Reserva legal	10 b.	–	552	–	–	(552)
Juros sobre capital próprio	10 c.	–	–	–	–	(3.442)
Lucros retidos	10 d.	–	–	7.045	–	(7.045)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024 - reapresentado</b>		<b>178.000</b>	<b>1.669</b>	<b>12.609</b>	<b>22</b>	<b>192.300</b>
Benefício Pós-emprego (líquido de impostos)		–	–	–	18	18
Lucro líquido do exercício		–	–	–	13.438	13.438
Diluição de participação societária em controladas		–	–	144	–	144
Destinação:						
Reserva legal	10 b.	–	672	–	–	(672)
Dividendos mínimos obrigatórios	10 c.	–	–	–	–	(3.192)
Lucros retidos	10 d.	–	–	9.574	–	(9.574)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>178.000</b>	<b>2.341</b>	<b>22.327</b>	<b>40</b>	<b>202.708</b>

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

#### 1. Contexto operacional

A Aegea Desenvolvimento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de São Paulo - SP, constituída em 06 de novembro de 2018. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, bem como atividades de consultoria e assessoria empresarial, gerenciamento, intermediação comercial e de negócios, comercialização de produtos e atividades relacionadas a saneamento básico.

#### 2. Base de preparação

a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). A Companhia é a controladora direta da Ambiental Crato Concessionária de Saneamento SPE S.A. No entanto, não apresenta demonstrações financeiras consolidadas, pois sua controladora, a Aegea Saneamento e Participações S.A., já as apresenta. Essa ausência está em conformidade com os requisitos do item 4 do CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 15 de maio de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Companhia na sua gestão. b) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. c) **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025 não há informações sobre julgamentos, estimativas e premissas realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. d) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

#### 3. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) **Investimentos:** Nas demonstrações financeiras da Companhia, os resultados do exercício das controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial são utilizadas as informações contábeis das controladas e coligadas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras. b) **Redução ao valor recuperável (impairment):** (i) **Ativos financeiros não-derivativos:** **Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que a contraparte pague integralmente suas obrigações de crédito. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso para cada período dentro da sua categoria; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. (ii) **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação é realizado o teste de redução ao valor recuperável do ativo. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. c) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. d) **Tributos:** (i) **Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **Tributo corrente:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos

impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **Tributo diferido:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Exposições fiscais:** Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. e) **Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. (i) **Reconhecimento e mensuração inicial:** **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. (ii) **Mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias: • **Ativos financeiros ao custo amortizado.** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.** São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Passivos financeiros:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria: • **Passivos financeiros ao custo amortizado.** Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. (iii) **Desreconhecimento:** **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 <i>(Em milhares de Reais)</i>			
	Nota	2025	2024
		(reapresentado)	(reapresentado)
Despesas administrativas e gerais	11	(870)	(1.080)
Outras receitas operacionais		–	1
Outras despesas operacionais		(1)	–
Resultado de equivalência patrimonial	8	(847)	(1.053)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>		<b>(1.718)</b>	<b>(2.132)</b>
Receitas financeiras	12	23.516	18.235
Despesas financeiras	12	(1.100)	(847)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>22.416</b>	<b>17.388</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>		<b>20.698</b>	<b>15.256</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	13 a.	(7.246)	(4.241)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13 a.	(14)	24
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>13.438</b>	<b>11.039</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 <i>(Em milhares de Reais)</i>			
	2025	2024	
		(reapresentado)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>13.438</b>	<b>11.039</b>	
Benefício pós-emprego	27	58	
IR/CS diferidos sobre benefício Pós-emprego	(9)	(20)	
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>13.456</b>	<b>11.077</b>	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 <i>(Em milhares de Reais)</i>			
	Nota	2025	2024
		(reapresentado)	(reapresentado)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado antes dos tributos		20.698	15.256
Ajustes para:			
Provisões para demandas judiciais	11	(17)	17
Rendimento sobre aplicações financeiras e debêntures privadas	12	(23.394)	(18.000)
Provisão para benefício pós-emprego		21	–
Resultado de equivalência patrimonial	8	847	1.053
		<b>(1.845)</b>	<b>(1.674)</b>

Variações nos ativos e passivos (Aumento)/Diminuição dos ativos			
Tributos a recuperar	2.182	865	
Depósitos judiciais	(20)	(42)	
Outros créditos	(3)	–	

Aumento/(Diminuição) dos passivos			
Fornecedores	(6)	(36)	
Obrigações trabalhistas e sociais	(87)	69	
Obrigações fiscais	22	(521)	
Pagamento de demandas judiciais	–	–	
Imposto de renda e contribuição social pagos	13 a.	(3.186)	(2.308)

Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais			
		<b>(2.943)</b>	<b>(3.647)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Aplicações financeiras e debêntures privadas, líquidas		(3.057)	9.018
Juros recebidos		19.830	14.756
Aporte de capital em controladas	8 d.	(29.260)	–
Contas correntes líquida - partes relacionadas		15.409	(20.107)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento</b>		<b>2.922</b>	<b>3.667</b>
<b>(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(21)</b>	<b>20</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	25	5
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	4	25
<b>(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(21)</b>	<b>20</b>

termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. (iv) **Compensação:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. (v) **Hierarquia do valor justo:** Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • **Nível 1 - preços cotados (não ajustados)** em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • **Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;** e • **Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.** Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. (vi) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras e debêntures privadas. As despesas financeiras abrangem impostos sobre receitas financeiras (PIS/COFINS). f) **Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. g) **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** Novos pronunciamentos contábeis poderão ser aplicáveis a exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não adotou antecipadamente esses pronunciamentos na preparação destas demonstrações financeiras. Dentre as normas emitidas com potencial aplicabilidade à Companhia, destaca-se: • **CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis.** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 51, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, com vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O CPC 51 introduz novos requerimentos relacionados à apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis, incluindo: • **Exigência de classificação de receitas e despesas em categorias específicas na demonstração do resultado, com a introdução de novo subtítulo obrigatório de lucro operacional;** • **Obrigatoriedade de divulgação das Medidas de Desempenho Definidas pela Administração (MPMs)** em nota explicativa específica; • **Orientações aprimoradas sobre a agregação e desagregação de informações nas demonstrações contábeis;** e • **Exigência de utilização do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto.** A Companhia encontra-se em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção do CPC 51, especialmente no que se refere à estrutura e à apresentação da demonstração do resultado, bem como à forma de agregação e detalhamento das informações divulgadas nas demonstrações contábeis.

4. **Reapresentação das demonstrações financeiras:** Durante o exercício de 2025 a Companhia identificou ajustes contábeis relacionados aos assuntos descritos abaixo. Em decorrência disso, a Companhia procedeu à reapresentação dos valores correspondentes, conforme requerido pelo CPC 23. (i) **Equivalência Patrimonial sobre controladas e coligadas, reflexo da reapresentação das suas Demonstrações Financeiras;** (ii) **Atualização monetária dos valores reconhecidos como Depósitos Judiciais;** (iii) **Reconhecimento de passivos atuariais de acordo com o CPC 33;** (iv) **Revisão e reconhecimento refletidos sobre os tributos correntes, de acordo com o CPC 32;** (v) **Reflexo da reapresentação das demonstrações financeiras nas destinações de resultado.**

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

→ continuação

AEGEA DESENVOLVIMENTO S.A. - CNPJ nº 32.064.970/0001-47  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

As tabelas a seguir resumem os impactos nas demonstrações financeiras:

Balço patrimonial	01 de Janeiro de 2024		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
<i>(Em milhares de Reais)</i>			
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	5
Demais saldos	3.400	-	3.400
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>3.405</b>	<b>-</b>	<b>3.405</b>
Depósitos judiciais	234	199 (ii)	433
Demais saldos	161.229	-	161.229
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>161.463</b>	<b>199</b>	<b>161.662</b>
Investimentos	31.606	(1.549) (i)	30.057
Intangível	20	-	20
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>193.089</b>	<b>(1.350)</b>	<b>191.739</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>196.494</b>	<b>(1.350)</b>	<b>195.144</b>
<b>Passivo</b>			
<b>01 de Janeiro de 2024</b>			
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
Obrigações fiscais	80	10 (iv)	90
Imposto de renda e contribuição social	143	48 (iv)	191
Demais saldos	4.114	-	4.114
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>4.337</b>	<b>58</b>	<b>4.395</b>
Provisão para perda de investimentos	29	(29) (i)	-
Demais saldos	6.054	-	6.054
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>6.083</b>	<b>(29)</b>	<b>6.054</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>10.420</b>	<b>29</b>	<b>10.449</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	178.000	-	178.000
Reserva legal	-	1.117 (v)	1.117
Reserva de lucros	8.074	(2.436) (v)	5.638
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(60) (iii)	(60)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>186.074</b>	<b>(1.379)</b>	<b>184.695</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>196.494</b>	<b>(1.350)</b>	<b>195.144</b>

Balço patrimonial	31 de dezembro de 2024		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
<i>(Em milhares de Reais)</i>			
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	25	-	25
Demais saldos	155.749	-	155.749
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>155.774</b>	<b>-</b>	<b>155.774</b>
Depósitos judiciais	234	241 (ii)	475
Demais saldos	14.384	-	14.384
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>14.618</b>	<b>241</b>	<b>14.859</b>
Investimentos	31.617	(2.605) (i)	29.012
Intangível	20	-	20
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>46.255</b>	<b>(2.364)</b>	<b>43.891</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>202.029</b>	<b>(2.364)</b>	<b>199.665</b>
<b>Passivo</b>			
<b>31 de dezembro de 2024</b>			
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
Obrigações fiscais	75	13 (iv)	88
Imposto de renda e contribuição social	131	58 (iv)	189
Demais saldos	7.073	-	7.073
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>7.279</b>	<b>71</b>	<b>7.350</b>
Provisão para perda de investimentos	105	(105) (i)	-
Provisões para demandas judiciais	17	-	17
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>122</b>	<b>(105)</b>	<b>17</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>7.401</b>	<b>(34)</b>	<b>7.367</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	178.000	-	178.000
Reserva legal	-	1.669 (v)	1.669
Reserva de lucros	16.628	(4.021) (v)	12.607
Ajuste de avaliação patrimonial	-	22 (iii)	22
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>194.628</b>	<b>(2.330)</b>	<b>192.298</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>202.029</b>	<b>(2.364)</b>	<b>199.665</b>

Demonstrações dos resultados	31 de dezembro de 2024		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
<i>(Em milhares de Reais)</i>			
Despesas administrativas e gerais	(1.080)	-	(1.080)
Outras receitas operacionais	1	-	1
Resultado de equivalência patrimonial	23	(1.076) (i)	(1.053)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>	<b>(1.056)</b>	<b>(1.076)</b>	<b>(2.132)</b>
Receitas financeiras	18.193	42 (ii)	18.235
Despesas financeiras	(847)	-	(847)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>17.346</b>	<b>42</b>	<b>17.388</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>16.290</b>	<b>(1.034)</b>	<b>15.256</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.230)	(11) (iv)	(4.241)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	-	24
<b>Lucro do exercício</b>	<b>12.084</b>	<b>(1.045)</b>	<b>11.039</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>			
<b>31 de dezembro de 2024</b>			
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
<b>Lucro do exercício</b>	<b>12.084</b>	<b>(1.045)</b>	<b>11.039</b>
Benefício pós-emprego	-	58 (iii)	58
IR/CS diferidos sobre benefício Pós-emprego	-	(20) (iv)	(20)
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>12.084</b>	<b>(1.007)</b>	<b>11.077</b>

b) Composição dos investimentos em controladas:

Crato	Capital social	Participação	Total do ativo das controladas	Total do passivo das controladas	Resultado das controladas	Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2025	Investimento em 31 de dezembro de 2025
		62.048	100,00%	66.421	10.131	(990)	56.290
						<b>Valor do investimento em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>56.290</b>
						<b>Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>28.008</b>
	32.788	100,00%	47.181	19.173	(925)	28.008	28.008
						<b>Valor do investimento em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>28.008</b>

c) Composição dos investimentos em coligadas:

Crato	Capital social	Participação	Total do ativo das controladas	Total do passivo das controladas	Resultado das controladas	Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2025	Investimento em 31 de dezembro de 2025
		73.722	0,01%	199.434	122.676	(728)	76.758
	100.000	0,40%	671.396	496.125	37.650	175.271	701
						<b>Valor do investimento em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>706</b>
						<b>Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.107</b>
	3.000	40,00%	2.769	-	(130)	2.769	1.107
	1.000	20,00%	26	547	(378)	(522)	(103)
						<b>Valor do investimento em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.004</b>

d) Movimentação dos investimentos em controladas:

Crato	Investimento em 31 de dezembro de 2024	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Aumento de capital social	Investimento em 31 de dezembro de 2025
		28.008	(990)	13	29.259
	<b>28.008</b>	<b>(990)</b>	<b>13</b>	<b>29.259</b>	<b>56.290</b>
	Investimento em 31 de dezembro de 2023	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Investimento em 31 de dezembro de 2024	
	28.852	(925)	81	28.008	
	<b>28.852</b>	<b>(925)</b>	<b>81</b>	<b>28.008</b>	

e) Movimentação dos investimentos em coligadas:

Crato	Investimento em 31 de dezembro de 2024	Equivalência patrimonial	Dividendos	Aquisição/ Diluição de participação	Investimento em 31 de dezembro de 2025
		-	-	-	5
	1.107	8	-	(1.115)	-
	(103)	(16)	-	119	-
	-	151	(36)	586	701
	<b>1.004</b>	<b>143</b>	<b>(36)</b>	<b>(405)</b>	<b>706</b>
	Investimento em 31 de dezembro de 2023	Equivalência patrimonial	Dividendos	Investimento em 31 de dezembro de 2024	
	1.233	(53)	(73)	1.107	
	(28)	(75)	-	(103)	
	<b>1.205</b>	<b>(127)</b>	<b>(73)</b>	<b>1.004</b>	

Demonstração do fluxo de caixa	31 de dezembro de 2024		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
<i>(Em milhares de Reais)</i>			
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado antes dos tributos	16.290	(1.034) (i) (ii) (iv)	15.256
Ajustes para:			
Resultado de equivalência patrimonial	(23)	1.076	1.053
Demais saldos	(17.983)	-	(17.983)
	<b>(1.716)</b>	<b>42</b>	<b>(1.674)</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Depósitos judiciais	-	(42) (ii)	(42)
Demais saldos	(1.931)	-	(1.931)
<b>Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>	<b>(3.647)</b>	<b>-</b>	<b>(3.647)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Demais saldos	3.667	-	3.667
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento</b>	<b>3.667</b>	<b>-</b>	<b>3.667</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>20</b>	<b>-</b>	<b>20</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	-	5
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	25	-	25
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>20</b>	<b>-</b>	<b>20</b>
<b>5. Caixa e equivalentes de caixa</b>			
<b>2025</b>			
Bancos conta movimento	4	25	29
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>25</b>	<b>29</b>
<b>2024</b>			
<b>6. Aplicações financeiras</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	
Modalidade	7.301	12.959	
Fundo de Investimento Safira	7.301	12.959	
<b>Total</b>	<b>7.301</b>	<b>12.959</b>	

A rentabilidade média das aplicações financeiras é de 101,31% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2025 (104,55% do CDI em 31 de dezembro de 2024). As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento Renda Fixa de Crédito Privado, gerido pelo BTG Pactual Serviços Financeiros, é organizado sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. As cotas não possuem prazo de vencimento, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de liquidez da Companhia e observadas as condições estabelecidas no regulamento do fundo. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), operações compromissadas, letras financeiras, títulos públicos e de outros fundos, que aplicam preponderantemente em operações compromissadas, títulos públicos e ativos de renda fixa (CDB, LF) de emissão dos maiores bancos brasileiros, conforme previsto em sua política de investimentos. A exposição da Companhia a riscos de crédito, riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 14 - Instrumentos financeiros.

**7. Transações com partes relacionadas**  
**Remuneração de pessoal-chave da administração:** No exercício de 2025 e 2024, a Administração passou a ser compartilhada com outras empresas do Grupo, sem ônus financeiro. **Controladora:** A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações S.A. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 100% das ações que representam o seu capital social. **Outras transações com partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e ou companhias a eles relacionadas e companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes. As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	2025	2024
<b>Ativo circulante</b>		
<b>Debêntures privadas partes relacionadas</b>		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	148.702	139.969
<b>Total</b>	<b>148.702</b>	<b>139.969</b>
<b>Dividendos a receber</b>		
Ambiental Metrosul S.A.	36	-
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>-</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
<b>Contas correntes a receber de partes relacionadas</b>		
Ambiental Crato Concessionária de Saneamento SPE S.A. (a)	433	14.164
<b>Total Ativo</b>	<b>433</b>	<b>14.164</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
<b>Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar</b>		
Aegea Saneamento e Participações S.A.	9.520	6.329
<b>Total</b>	<b>9.520</b>	<b>6.329</b>

**Contas correntes a pagar para partes relacionadas**  
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a) 1.678 -  
**Total Passivo** 11.198 6.329  
**Resultado do exercício**  
**Receitas financeiras**  
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b) 22.221 17.154  
**Total Resultado do exercício** 22.221 17.154  
(a) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no ativo e passivo não circulante, e referem-se a movimentações financeiras devido a centralização de caixa.  
(b) Os valores referem-se à emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas em dezembro de 2023, com vencimento em dezembro de 2026, atrelado ao CDI, para distribuição privada sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e aos rendimentos com debêntures privadas.

**8. Investimentos e provisão para perda em investimentos**  
a) Composição dos saldos:

	Controladora	
	2025	2024
Investimentos controladas	56.290	28.008
Investimentos coligadas	706	1.004
<b>Total</b>	<b>56.996</b>	<b>29.012</b>

**9. Obrigações trabalhistas e sociais**

	2025	2024
Participações em Resultados	585	631
Encargos e benefícios	28	48
Férias	36	57
<b>Total</b>	<b>649</b>	<b>736</b>

**10. Patrimônio líquido**  
a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social integralizado é de R\$ 178.000 e está representado por 200.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.  
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o acionista e o respectivo percentual de participação estão assim apresentados:

	Participação	
	2025	2024
Aegea Saneamento e Participações S.A.	100,00%	
b) <b>Reserva legal:</b> É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. c) <b>Dividendos e juros sobre capital próprio:</b> Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram atendidos conforme o quadro abaixo:		
Lucro líquido do exercício	13.438	11.039
(-) Constituição da reserva legal	(672)	(552)
Lucro líquido ajustado	12.766	10.487
<b>Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado</b>	<b>3.192</b>	<b>2.622</b>
<b>Dividendos destinados no exercício</b>		
Dividendos e juros sobre o capital próprio destinados do resultado do exercício	3.192	3.442
<b>Total</b>	<b>3.192</b>	<b>3.442</b>

No exercício de 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou R\$ 3.192 a título de dividendos mínimo obrigatório. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou juros sobre capital próprio no montante de R\$ 3.442, sendo R\$ 2.926 líquidos do imposto de renda retido na fonte, imputados ao dividendo mínimo obrigatório. d) **Reserva de retenção de lucros:** A Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

**11. Despesas por natureza**

	2025	2024
Pessoal	(788)	(864)
Serviços de terceiros	(60)	(53)
Reversão (provisão) para demandas judiciais	17	(17)
Publicidade e Propaganda	(20)	(20)
Impostos, taxas e contribuições	(5)	(23)
Outros	(14)	(103)
<b>Total</b>	<b>(870)</b>	<b>(1.080)</b>

**12. Resultado financeiro**

	2025	2024
<b>Receitas</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras e de debêntures privadas	23.394	18.000
Outras receitas financeiras	122	235
<b>Receitas financeiras</b>	<b>23.516</b>	<b>18.235</b>

\* continuação

AEGEA DESENVOLVIMENTO S.A. - CNPJ nº 32.064.970/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das Demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2025	Cenários					
				Provável	25%	50%	-25%	-50%	
									I
<b>Ativos financeiros</b>									
Aplicações financeiras	7.301	Variação do CDI	14,90%	1.088	1.360	1.632	816	544	
Debêntures privadas partes relacionadas	148.702	Variação do CDI	14,90%	22.157	27.696	33.236	16.618	11.079	
<b>Exposição líquida</b>	<b>156.003</b>			<b>23.245</b>	<b>29.056</b>	<b>34.868</b>	<b>17.434</b>	<b>11.623</b>	

**Gerenciamento do capital:** A Companhia procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de investimentos, conforme divulgadas na nota explicativa nº 6 - Aplicações financeiras. **Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros:** No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

Ativo	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil		Valor Justo	
				2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa (i)	5	Custo amortizado		4	25	4	25
		Valor justo					
Aplicações financeiras (i)	6	por meio do resultado	Nível 2	7.301	12.959	7.301	12.959
Dividendos a receber (i)	7	Custo amortizado		36	—	36	—
Debêntures privadas partes relacionadas (i)	7	Custo amortizado		148.702	139.969	151.410	140.323
<b>Total</b>				<b>156.043</b>	<b>152.953</b>	<b>158.751</b>	<b>153.307</b>
<b>Passivo</b>							
Dividendos a pagar (i)	7	Custo amortizado		9.520	6.329	9.520	6.329
Contas-correntes a pagar partes relacionadas (i)	7	Custo amortizado		1.678	—	1.678	—
<b>Total</b>				<b>11.198</b>	<b>6.329</b>	<b>11.198</b>	<b>6.329</b>

Para estas operações a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do vencimento dessas operações.

**15. Aspectos ambientais**

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia busca minimizar os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas.

**16. Eventos subsequentes**

Em 14 de janeiro de 2026, a Companhia integralizou capital social na controlada Ambiental Crato Saneamento no montante de R\$ 6.000.

**DIRETORIA**

**André Pires de Oliveira Dias**  
Diretor

**Radamés Andrade Casseb**  
Diretor

**Yaroslav Memrava Neto**  
Diretor

**CONTADOR**

**Marcelo Bogas**  
CRC SP 253488/O-2

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas e Administradores da **Aegea Desenvolvimento S.A.** - São Paulo - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Aegea Desenvolvimento S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aegea Desenvolvimento S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reapresentação dos saldos correspondentes de exercícios anteriores:** Chamamos a atenção à nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras que indicam que os saldos correspondentes de exercícios anteriores foram retificados e estão sendo reapresentados para refletirem os ajustes descritos na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Outros assuntos - Auditoria do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2024:** O exame dos balanços patrimoniais, em 1º de janeiro de 2024 (derivado das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023), preparados originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa 4, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 22 de março de 2024. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 4 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, em 1º de janeiro de 2024. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Adminis-

tração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 15 de maio de 2026



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP-014428/O-6

**Luiz Schincariol**  
Contador CRC 1SP-257416/O-1



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>